



Contributos para a Educação pós-COVID 19

**A memória, o conhecimento, o futuro**

## 2.1 - O conhecimento - as análises internacionais

Para além do conhecimento proporcionado pela observação de cada um e pela comunicação social, que conhecimento podemos ter do que se passou no terreno durante o período de encerramento das escolas e de recurso a práticas de ensino a distância? É cedo para termos estudos aprofundados, mas diversos organismos internacionais apressaram-se a publicar levantamentos de medidas tomadas em diversos países, identificando problemas e fazendo recomendações.

A OCDE, através do relatório “A Framework guide on education response to the Covid 19 Pandemic of 2020”, identifica, com base nas respostas de noventa e oito países, as necessidades prementes que devem ser abordadas nos planos de resposta à crise, bem como as áreas que provavelmente enfrentarão maiores desafios.

Os domínios identificados como prioritários, pelos respondentes ao inquérito, e mais desafiadores na utilização da modalidade de ensino a distância, maioritariamente implementada, foram: garantir as aprendizagens académicas, apoiando os alunos com maiores dificuldades para um estudo independente; garantir o bem estar dos alunos, provendo alimentação e os apoios sociais aos mais carenciados, apoio profissional aos professores e garantia do seu bem estar e saúde; garantir a integridade do processo de avaliação; definir novas prioridades curriculares; garantir o apoio aos pais no acompanhamento das aprendizagens dos seus filhos.

A perspetiva de um período prolongado de pandemia e de necessidade de continuação do distanciamento social limitará as oportunidades para os alunos aprenderem, sabendo-se que o tempo de aprendizagem é um dos preditores confiáveis de contextos de aprendizagem. Além disso, as diferenças entre os alunos quanto ao apoio dos pais diretamente em casa, ou através da contratação de explicadores, as diferenças das escolas na capacidade de apoio ao ensino a distância e as diferenças entre os alunos em termos de resiliência, motivação e autonomia provavelmente agravam as desigualdades já existentes. Considera-se, por isso, que é espectável que a pandemia gere a maior perturbação de oportunidades educacionais, em todo o mundo numa geração. Acresce o facto de os resultados do PISA 2018 apontarem para que grande parte dos sistemas educativos dos países participantes não estar pronto para oferecer à maioria dos alunos oportunidades de aprendizagem *online*, nomeadamente, pelo número de computadores disponíveis e a sua capacidade, ligação adequada à internet, carência de ambientes adequados para a aprendizagem em casa, formação dos professores em TIC.

Para minimizar os efeitos negativos, a OCDE elenca um conjunto de recomendações, entre as quais se destacam:

- criar uma “task force” para desenvolver e implementar a resposta da educação à pandemia de COVID-19, constituída por diferentes parceiros capazes de trazer perspetivas diversas para informar o seu trabalho, por exemplo quanto ao currículo de vários departamentos, formação de professores, tecnologia da informação e representantes de professores, pais, estudantes, representantes da indústria, quando relevante;

- estabelecer mecanismos de coordenação com autoridades de saúde pública para que as ações educativas estejam em sintonia com as metas e estratégias de saúde pública;
- priorizar novamente as metas curriculares;
- identificar opções viáveis para recuperar as aprendizagens;
- definir claramente os papéis e expectativas dos professores na orientação e apoio efetivo aos alunos, aprendendo na nova situação, através da instrução direta, sempre que possível, ou orientação para a aprendizagem autodirigida; vi) criar um *site* para comunicar com professores, alunos e pais sobre metas curriculares, estratégias e atividades sugeridas e recursos adicionais;
- desenvolver meios alternativos de aprendizagem, caso a educação *online* não seja viável, que poderiam incluir programas de TV, *podcasts*, transmissões de rádio e pacotes de aprendizagem em formato digital ou em papel;
- garantir apoio adequado para os estudantes e famílias mais vulneráveis durante a implementação do plano de educação alternativa;
- melhorar a comunicação e colaboração entre os alunos para promover a aprendizagem mútua e bem-estar;
- facilitar a colaboração e a aprendizagem profissional dos professores, fornecendo-lhes acesso a recursos e plataformas *online* para que possam acompanhar a evolução e os desafios educacionais e sociais;
- construir parcerias entre escolas e instituições de ensino superior como forma de aumentar a capacidade para proporcionar o desenvolvimento profissional adequado para professores e pais;
- definir mecanismos de avaliação e exigência apropriados para os alunos;
- as escolas devem fornecer informação e orientações aos estudantes e famílias sobre o tempo de utilização e o uso seguro das ferramentas *online*, para preservar o bem-estar e a saúde mental dos alunos, bem como fornecer proteção contra ameaças *online* para menores;
- garantir que os líderes das escolas obtenham os recursos financeiros, apoio logístico e moral de que precisam para ter sucesso;
- criar catálogos de recursos educacionais de alta qualidade, devidamente avaliados por especialistas, de modo a facilitar o acesso a materiais de aprendizagem relevantes para alunos e professores.

A ONU manifestou a sua preocupação com as consequências do encerramento global das escolas, em resposta à pandemia da COVID-19, considerando-o como um risco sem precedentes para a educação, proteção e bem-estar das crianças, o que levou o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, a pedir aos governos e doadores que priorizem a educação para todas as crianças, incluindo as mais marginalizadas. A equidade é a principal preocupação, porque este encerramento prejudica desproporcionalmente os alunos vulneráveis e desfavorecidos que dependem das escolas para uma variedade de serviços sociais, incluindo saúde e nutrição. Nesse sentido, a UNESCO patrocinou a criação da *Global Education Coalition*, que junta organizações diversas, designadamente humanitárias e filantrópicas, empresas do setor privado, dos media e que visa especificamente: ajudar os países a mobilizar recursos e a implementar soluções inovadoras e apropriadas ao contexto para o ensino a distância, utilizando abordagens de alta tecnologia, baixa tecnologia e sem

tecnologia; procurar soluções equitativas e de acesso universal; garantir respostas coordenadas e evitar esforços sobrepostos; e facilitar o retorno dos alunos à escola, quando elas reabrirem, para evitar um aumento nas taxas de abandono.

Esta reabertura pode precisar de ser progressiva, começando em áreas com as menores taxas de transmissão e menor risco localizado, ou parcial, limitada a alguns dias da semana ou apenas a determinados níveis ou ciclos de educação e ensino. A contextualização e a adaptação contínua são necessárias para responder às condições locais e atender às necessidades de aprendizagem, saúde e segurança de cada criança. Recomenda, por isso, que a reabertura das escolas, quando ocorrer, deve responder a um plano com orientações nacionais claras sobre os parâmetros a ter em conta na tomada de decisões.

Para além de orientações para informar a tomada de decisão sobre quando, quais e onde reabrir, são ainda indicadas outras que devem estar presentes nesse processo de reabertura das escolas, de que se destacam as seguintes:

- monitorizar ativamente os indicadores de saúde, expandindo o foco no bem-estar e na proteção; fortalecer os mecanismos de comunicação e coordenação que promovem o diálogo e o envolvimento com as comunidades, pais e filhos em questões educacionais;
- adotar abordagens proativas para reintegrar crianças marginalizadas e fora da escola;
- adaptar o ensino a distância para o ensino e aprendizagem combinados, incluindo conhecimento sobre transmissão e prevenção de infeções;
- aumentar os investimentos em ensino a distância, de modo a preparar um eventual novo encerramento de escolas ou apoiar um modelo misto em escolas que possam estar a funcionar parcialmente;
- implementar métodos inovadores de apoio ao professor, como formação profissional *online*, treino ou uso de tutores;
- aumentar a prestação de serviços de saúde mental e de apoio psicossocial que abordem a estigmatização / discriminação e apoiem as crianças e as suas famílias a lidar com as incertezas contínuas da pandemia; garantir que materiais / plataformas de aprendizagem, informações, serviços e instalações sejam acessíveis a pessoas com deficiência, assegurando que as informações e comunicações de saúde pública devem estar disponíveis em vários formatos acessíveis, inclusive para pessoas com deficiência auditiva ou visual;
- enfatizar a mudança de comportamentos para aumentar a intensidade e a frequência das atividades de limpeza e desinfecção e melhorar as práticas de gestão de resíduos.

De igual modo, o Banco Mundial emitiu uma nota com o objetivo de ajudar os países clientes a mitigar os impactos adversos da pandemia da COVID-19, por meio de uma resposta específica da educação. De novo, as maiores preocupações, originadas pela necessidade de utilização de metodologias alternativas para a aprendizagem, devido ao encerramento das escolas, prendem-se com as perdas na aprendizagem, o acentuar das desigualdades, resultantes, designadamente, das disparidades no acesso a meios informáticos, de diferentes níveis de competências digitais, da falta de recursos de apoio a pessoas com necessidades educativas especiais e com o risco de aumento das taxas de abandono, sobretudo dos alunos do ensino

secundário. Em alguns países, mais pobres, os recursos humanos e físicos das escolas estão a ser usados, quer como instalações hospitalares, quer para apoiar a comunidade em geral durante a crise. Os educadores e professores, nomeadamente, foram treinados para a sensibilização da comunidade e para o apoio jurídico e outras atividades sociais. O Banco Mundial recomenda, por isso, a necessária atenção para definir um caminho claro para o retorno das escolas ao seu objetivo inicial após o término da crise.

No sentido de apoiar a implementação do ensino a distância, elencou algumas orientações, adaptadas de recomendações elaboradas pela Unesco, entre as quais se referem:

- a avaliação das capacidades de alunos, professores e infraestruturas para adotar soluções de alta e baixa tecnologia; exploração de várias opções de ferramentas de ensino à distância, incluindo: aulas virtuais *online*, aulas para *download*, rádio, televisão;
- encontrar abordagens apropriadas e limitar o número de aplicativos e plataformas;
- criação de comunidades de apoio entre professores e alunos e garantir a acessibilidade e disponibilidade de serviços de educação para estudantes com deficiência.

Considera, igualmente, que a crise global da Covid-19 apresenta uma oportunidade única para repensar a necessidade de uma educação mais acessível e inclusiva. E propõe alguns caminhos que permitem avançar nesse propósito:

- Fornecer apoios aos sistemas educativos para garantir que o ensino à distância seja acessível, os professores sejam treinados para ensinar remotamente crianças com deficiência e garantir que os cuidadores também sejam apoiados.
- Fornecer os mecanismos certos para a higiene, nutrição, saúde mental e apoio psicossocial para crianças com deficiência e as suas famílias.
- Realocar e direcionar recursos para serviços de saúde, sociais e educacionais mais inclusivos.
- Apoiar a recolha de dados desagregados por deficiência para resposta a emergências e / ou monitoramento para ajudar em intervenções personalizadas, levando a um suporte aprimorado para crianças com deficiência em seu ambiente de aprendizagem.

A pandemia da Covid-19 teve igualmente um impacto significativo na formação profissional e nos cursos de educação e formação de adultos. A OCDE procedeu a uma análise desse impacto em diferentes países e apresenta algumas sugestões que poderão apoiar a construção de sistemas de educação e formação mais resilientes no futuro.

O contexto atual de distanciamento social e restrições de viagens, de encerramento de escolas e de empresas, está a ser particularmente perturbador para a aprendizagem baseada na prática profissional, uma vez que interrompeu a aprendizagem nos locais de trabalho e na sala de aula, incluindo estágios e sistemas utilizados para avaliar competências e conceder qualificações. Enquanto no curto prazo, esta situação apresenta sérios desafios para professores, formadores e alunos, nomeadamente na adoção de sistemas e tecnologias inovadores que expandirão o uso de ensino a distância e avaliações a distância ou alternativas, estes estão também a ser forçados a antecipar e a adaptar-se ao que pode muito bem ser um mercado de trabalho significativamente alterado nos próximos meses e anos.

A crise económica que está instalada permite antecipar o aumento do desemprego, designadamente no turismo e serviços de aviação e lazer, onde a procura atinge mínimos históricos, mas as empresas poderão igualmente ser incapazes de oferecer ou manter as aprendizagens em contexto de trabalho, devido não apenas à falta de pessoal para acompanhar os estágios, mas também à falta de recursos financeiros. Por este facto, também é razoável esperar uma redução nas matrículas para o próximo ano letivo, em parte devido à incerteza de os alunos poderem aceder a estes estágios e de os programas de EFA poderem ser efetivamente promovidos online. Mas, por outro lado, a escassez de trabalhadores qualificados pode dificultar o processo de recuperação da economia, que está a ser iniciado.

A OCDE destaca algumas ações que devem ser implementadas desde já para criar sistemas de educação e formação profissional fortes e resistentes amanhã:

- Relacionar-se com empregadores e sindicatos a nível local e nacional, tendo em consideração que cada setor é afetado diferentemente pelo surto. Este relacionamento pode abrir linhas de comunicação que levem a um maior envolvimento no futuro e que pode ser facilitado atualmente pela utilização de vídeo conferências.
- Começar a planear hoje para as mudanças no mercado de trabalho que possam ser aceleradas devido à crise, incluindo a digitalização. Referem-se, em particular, as ocupações que envolvem tarefas rotineiras e que estão a ser transformadas, reestruturadas ou a desaparecer devido aos níveis crescentes de automação. Os sistemas de educação e formação profissional precisarão de se concentrar mais naquelas que exigem níveis mais altos de autonomia, planeamento, trabalho em equipa e competências de comunicação e atendimento mais capazes de resistir à automação.
- Prestar apoio financeiro aos sistemas de educação e formação e aos alunos para realizar formações em setores e ocupações de futuro e que serão críticos para a recuperação económica a longo prazo. Espera-se que a crise atual acelere a automação e a digitalização de muitas ocupações e tarefas. Nesse contexto, os pacotes de estímulo podem ser bem utilizados para recrutar, treinar e aprimorar os trabalhadores em ocupações com maior risco de automação ou reestruturação - assim como pessoas desempregadas - para outras mais resistentes, orientadas para o futuro e com maior exigência de qualificação como por exemplo em energias renováveis, TI ou biotecnologia.
- Promover a procura de ofertas digitais à distância, explorando opções inovadoras de abordagens pedagógicas digitais, como simuladores, realidade aumentada / virtual ou inteligência artificial. Os sistemas de educação e formação profissional devem aproveitar todas as possibilidades de financiamento, que possam estar disponíveis nos respetivos países, para construir infraestruturas que possam ser usadas a longo prazo.
- Verificar se os programas de educação e formação profissional oferecem oportunidades para o desenvolvimento de competências fundamentais tais como as digitais, transversais e sócio emocionais. Essas competências transversais podem ajudar a recuperação das economias mais rapidamente após uma crise, ajudando os trabalhadores a passarem mais facilmente para outros setores ou empregos. O

período de confinamento representa uma oportunidade significativa para expandir ofertas desses tipos de competências que, até certo ponto, podem ser facilmente ensinadas e aprendidas a distância.

- Prestar uma atenção especial a grupos vulneráveis, incluindo jovens em risco, desempregados e migrantes, em particular aqueles que não têm acesso à Internet. Estes grupos, frequentemente integrados em modalidades de educação e formação profissionalizantes, estão particularmente vulneráveis nesta crise, não apenas pela da pandemia, mas também pela da recessão esperada. Algumas iniciativas específicas podem ser necessárias dependendo do contexto.
- Concentrar esforços para manter e formar professores e formadores altamente qualificados. Em países como a Austrália e os Estados Unidos, os cursos de formação inicial de professores são ministrados online, e esse é um modelo que pode ser rapidamente replicado. Os professores também precisam de competências digitais de alta qualidade e adquirir confiança no recurso a webconferências, e esta crise pode ser uma oportunidade para desenvolver estas competências.

Vários artigos sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na educação foram divulgados através do sítio da rede Eurydice. Os seus autores destacam designadamente, a rapidez da resposta dos sistemas educativos europeus ao encerramento das escolas, com a adoção imediata de práticas alternativas de ensino, apesar da existência de professores pouco treinados no ensino a distância, mas também o aumento das desigualdades sociais e educativas, resultantes da falta de material informático, sem ligação à internet, pais pouco qualificados e com recursos diminutos para apoiarem os seus filhos, bem como os problemas de segurança gerados pelo aumento considerável do uso de ferramentas de comunicação virtual.

Mas chamam igualmente a atenção para a oportunidade gerada pela pandemia para uma nova abordagem nas práticas escolares e a importância de priorizar, no regresso às escolas, o reforço da aprendizagem e do apoio aos alunos mais necessitados (Noorani e Crosier). Outra questão referida (Crosier e Vasileiou), relacionada com as soluções pontuais adotadas por vários países para resolver o acesso ao ensino superior, no presente ano letivo, é a oportunidade para repensar os regimes de acesso ao ensino superior, que possam permitir o envolvimento de mais alunos, com potencial, no ensino superior que, muitas vezes, ficam dele excluídos devido ao tipo de regime utilizado em muitos países.

As preocupações com as questões de segurança, abordadas por Vasileiou e Crosier, não podem, segundo os autores, provocar a criação de barreiras para o progresso. Não havendo ferramentas completamente seguras, caberá aos utilizadores aprender a minimizar os problemas de segurança e evitar que informações confidenciais vão parar a mãos erradas. E lembram o Plano de Ação de Educação Digital da Comissão Europeia para 2018 (está em preparação um plano de ação atualizado), que define três prioridades: 1. Melhor utilização da tecnologia digital para o ensino e a aprendizagem; 2. Desenvolvimento de competências e aptidões digitais pertinentes para a transformação digital e 3. Melhoria do ensino por meio de uma melhor análise e capacidade de previsão.

A UNICEF, através da iniciativa *Safe to Learn*, que reúne um vasto conjunto de parceiros, entre os quais se referem a UNESCO, a UNICEF, o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Iniciativa de Educação das Meninas das Nações Unidas (UNGEI) e o Banco Mundial, chama a atenção para a possibilidade de aumento da violência contra crianças, incluindo violência física, sexual, emocional, económica, abuso e negligência, em tempos de confinamento e de maior pressão económica sobre as famílias. Impactos que poderão continuar a ser sentidos muito tempo após a pandemia ser resolvida.

Efetivamente, com o encerramento das escolas, muitos alunos, para além de perderem aprendizagens académicas, deixam de ter a interação social com os colegas e professores, essenciais para o seu bem-estar, proteção e desenvolvimento social. Além disso, a oportunidade de adquirirem competências a nível da gestão das emoções, de como lidar com o stress, de construção de relacionamentos saudáveis e de resolução de conflitos sem violência, diminui consideravelmente.

Mesmo sendo as escolas, por vezes, locais onde a violência ocorre, elas são também espaços protetores e acolhedores para muitas crianças e jovens, especialmente os mais vulneráveis, que dependem das escolas não apenas para a aprendizagem e desenvolvimento, mas também para acederem a alimentação e a informações precisas e confiáveis sobre questões importantes, como higiene e saúde física e mental. São igualmente espaços importantes de sinalização de crianças e jovens em risco, de prevenção e combate à violência contra crianças, que é muito menos visível quando praticada em casa e quando as crianças têm um contacto limitado com outras pessoas fora de casa.

Convicta de que a pandemia vai aprofundar as desigualdades e vulnerabilidades já existentes, e de que não é hora de abandonar as esperanças de um futuro melhor, a iniciativa *Safe to Learn* formula um conjunto de recomendações e refere que são os sistemas educativos que servirão de base para a recuperação e reparação dos danos causados pela pandemia na sociedade. Das recomendações emitidas, salientam-se as seguintes:

- Os governos devem organizar uma resposta intersectorial abrangente para prevenir e responder à violência nos ambientes de ensino à distância e por meio dele. Os setores de educação e proteção à criança devem trabalhar de maneira proativa para criar mecanismos eficazes de resposta, e devem priorizar o monitoramento de crianças e famílias em risco e fornecer a todos os envolvidos, incluindo crianças, pais e responsáveis, professores e membros da comunidade, o acesso aos serviços certos quando surgem casos de violência contra crianças;

- A proteção infantil e os assistentes sociais devem ser preparados e apoiados para continuar a fornecer serviços essenciais a crianças remotamente - ou pessoalmente, onde é possível fazê-lo com segurança. Explore o uso da tecnologia acessível para fornecer serviços confidenciais de proteção e apoio psicossocial, levando em consideração as diferentes necessidades e vulnerabilidades de diferentes grupos de crianças devido a sexo, idade, deficiência e outros fatores;



- Os governos devem garantir que as crianças estejam 'seguras para aprender em casa' - seja qual for a casa - e implementar planos agora para lidar com os impactos de curto e longo prazo que a pandemia terá nos sistemas educativos e na segurança dos alunos;

- Priorizar as soluções não tecnológicas e de baixa tecnologia para alcançar o maior número possível de alunos, independentemente do local onde se encontram. Deve incluir a aquisição de conhecimentos e competências essenciais dos pais, filhos e professores, acompanhamento remoto dos alunos (por exemplo, através de rádio, televisão ou telemóvel) e responder às necessidades de diferentes grupos de crianças e contextos diferentes, incluindo crianças com deficiência, refugiados e outras crianças deslocadas à força, crianças em instituições e crianças desacompanhadas ou marginalizadas.

- Todos os currículos escolares, incluindo os entregues remotamente, devem incluir medidas de prevenção da violência, apoio psicossocial e atividades de aprendizagem social e emocional, incorporar resiliência à resposta à crise para criar ambientes de aprendizagem seguros e mitigar os impactos do trauma durante - e depois - da crise;

- Os professores, que estão na linha de frente para identificar crianças que sofreram violência, devem ser incentivados a manter contacto adequado com as crianças e jovens, através de mensagens ou *check-in* por telefone, e fornecer ou manter serviços de aconselhamento escolar. Códigos de conduta claros precisarão de ser implementados ou adaptados para orientar essas interações;

- Os estudantes devem continuar a ser envolvidos no desenvolvimento de programas de prevenção e na implementação de atividades de prevenção entre pares;

- Os clubes escolares, como uma maneira eficaz de criar apoio entre as crianças e jovens e ajudar na prevenção e apoio à violência, podem ser transportados para um formato virtual usando mensagens de texto ou espaços *online* sempre que possível, sob orientação apropriada dos professores;

- Manter o relacionamento entre escolas e pais e cuidadores. As escolas devem continuar a manter uma comunicação regular com pais e cuidadores, para prevenir a violência contra crianças e jovens.

Com base no conhecimento adquirido, que permite verificar que as respostas, as dificuldades e os desafios, face à situação provocada pela pandemia da Covid-19, nomeadamente na área da educação, são comuns a muitos países e instituições, é possível imaginar alguns cenários para o curto e o médio prazos, isto é, para o próximo ano letivo, partindo da previsão que continuaremos sob a ameaça da Covid-19 e com precauções como a distância social, embora em escolas a funcionar.

Mais especificamente sobre o apetrechamento das escolas e a preparação de professores e alunos para a prática de ensino a distancia e para a integração de tecnologias digitais na aprendizagem presencial **temos alguma informação recente (ainda que anterior à pandemia e ao encerramento das escolas pois que os dados foram recolhidos em 2018), graças ao inquérito TALIS 2018 cujos últimos resultados foram apresentados em Março de 2020:**

O TALIS 2018 é o terceiro inquérito da OCDE sobre ensino e aprendizagem, refletindo principalmente sobre os ambientes de aprendizagem nas escolas e as condições de trabalho dos docentes, e é direcionado a docentes do 3.º ciclo do ensino básico e diretores de escolas que ministram o referido ciclo de ensino.

Importará, antes de mais, apresentar algumas características da amostra portuguesa deste último inquérito:

- as escolas públicas representam cerca de 89% dos docentes do 3.º ciclo do ensino básico que participaram no estudo;
- cerca de 78,4% das escolas participantes situam-se em locais onde o número de habitantes varia entre os 3 mil e os 100 mil;
- em média, cada escola tem cerca de 880 alunos (face a 504 na média do TALIS) e 99 docentes (43,4 na média do TALIS)
- Portugal é um dos países com valor mais baixo no rácio de alunos por docente (9,1, e média TALIS de 12,5) e na dimensão média das turmas (22,2 face a 24,5 de média no TALIS).
- A percentagem de docentes que trabalham em Portugal em escolas onde se encontram matriculados alunos com situações particulares – e que necessitarão de apoio adicional, é diversa da registada na média dos países participantes no estudo, nomeadamente:
  - 52,5% dos docentes participantes trabalham em escolas onde mais de 30% de alunos são provenientes de famílias socioeconomicamente desfavorecidas, sendo a média TALIS de 18,1%;
  - 14% em escolas onde mais de 10% dos alunos são imigrantes ou oriundos de famílias migrantes, sendo a média TALIS de 15,3%;
  - 13,7% em escolas onde pelo menos 1% dos alunos são refugiados. A média TALIS é de 24,1%;
  - 7,2% em escolas onde mais de 10% dos alunos são falantes não-nativos. A média TALIS é de 21,9%.

Em 2018, apesar de muitas escolas estarem equipadas com, pelo menos, um mínimo da tecnologia necessária para a aprendizagem *online*, um quarto dos diretores das escolas disse que a escassez ou a inadequação da tecnologia digital dificultava bastante a aprendizagem, número que variava de menos de 2% em Singapura, até 30% na França e na Itália, para mais de 80% no Vietname. Esses números podem até subestimar o problema, pois nem todos os diretores estarão cientes das oportunidades que a tecnologia moderna pode oferecer para o ensino (Schleicher, 2020).

Em Portugal, a falta ou insuficiência de equipamento digital para o ensino foi mencionada por 55,4% dos diretores - para uma média TALIS de 28,1% - como uma das principais carências que afetam as capacidades da escola em proporcionar um ensino de qualidade, sendo superada pela escassez de pessoal de apoio (Portugal 73,2% e média TALIS 30,8%).

Apesar de ter sido identificada pelos diretores como uma das principais faltas ou insuficiências, o investimento em TIC apenas é considerado prioritário para 38,2% dos docentes portugueses (média TALIS 39,7%), e realçam como prioridades de investimento os seguintes aspetos:

- 9 em cada 10 docentes em Portugal consideram muito importante reduzir o número de alunos por turma, contratando mais pessoal docente e não docente (face a 62,6% da média TALIS);
- o aumento dos salários dos docentes (76,5% vs 68,5%)
- a redução das tarefas administrativas dos docentes, contratando colaboradores para os apoiar (74,4% vs 54,9%).

Para Andreas Schleicher, a tecnologia é tão boa quanto o seu uso. Para além de permitir mudar os métodos de ensino e aprendizagem, a tecnologia pode reforçar o papel dos professores na transmissão do conhecimento, possibilitando-lhes trabalhar como cocriadores de conhecimento, como instrutores, como mentores e como avaliadores. Pode proporcionar a alunos e professores o acesso a materiais especializados, muito além dos livros didáticos, em vários formatos e de maneiras que podem unir tempo e espaço. A tecnologia pode apoiar novas formas de ensino que se centram nos alunos como participantes ativos. Essas são precisamente as ferramentas de aprendizagem necessárias no século XXI.

De acordo com o TALIS, apenas 53% dos professores permitem que os seus alunos usem frequentemente ou sempre as TIC para projetos ou trabalhos de aula. No entanto, na Dinamarca e na Nova Zelândia, é de 80% ou mais, e na Finlândia, Israel ou Roménia esses números mais que dobraram nos cinco anos anteriores à pesquisa. Em Portugal, essa percentagem situa-se nos 56,8%.

O uso de TIC para o ensino é a segunda maior área de desenvolvimento profissional que os professores indicam como uma grande necessidade, sendo a principal a formação para ensinar alunos com necessidades específicas.

Os docentes portugueses estão em linha com esta conclusão, assinalando igualmente o ensino de alunos com necessidades específicas como a principal necessidade de formação (27% face à média TALIS 23,9%), seguida de ensino em ambientes multiculturais e multilingues (21,6% vs 16,4%) e comportamento dos alunos e gestão da sala de aula (17,8% vs 16,2%). Refira-se que entre as menores necessidades de formação sentidas pelos docentes em Portugal, encontra-se o conhecimento do currículo (2,9% vs 10,8%), os conhecimentos científicos da disciplina lecionada (5,5% vs 11,8%) e a cooperação com os pais/encarregados de educação (6,1% vs 12,6%).

Quanto à avaliação, o TALIS reporta que em Portugal:

- 90% dos docentes avaliam quotidianamente o progresso dos seus alunos, observando-os e fornecendo feedback imediato (média OCDE: 79%);
- 97% dos docentes reportam administrar as suas próprias avaliações aos seus alunos (média OCDE: 77%);
- 61% dos docentes permitem que os alunos avaliem o seu próprio progresso frequentemente (média OCDE: 41%).

Relativamente aos níveis de satisfação no exercício da profissão docente, o TALIS sublinha que 63,3% dos docentes portugueses (75,1%, valor médio TALIS) afirmam que as vantagens de ser professor ultrapassam claramente as desvantagens. Consistentemente, 64,8% declaram que se

voltassem atrás optariam pela mesma profissão e 21,9% referem lamentar a decisão que tomaram, embora quase metade refira ter dúvidas sobre se fizeram a melhor opção.

De notar ainda a percentagem relativamente baixa (9,1%) de docentes portugueses que considera que a profissão docente é valorizada pela sociedade, valor inferior aos 32,4% registados pela média dos países participantes no TALIS 2018.

Quando questionados sobre as atitudes dos colegas em relação à inovação, os docentes portugueses consideram que ainda existe muito caminho a percorrer, já que, em todas as opções, os valores para Portugal são inferiores às médias do TALIS. A procura de novas formas de resolver problemas pela maioria dos docentes (66,4% face a 79,1% da média TALIS) e o apoio mútuo entre a maioria dos colegas na implementação de novas ideias (65,5% vs 80%) aparecem como as mais representadas, e mais de 59% dos docentes em Portugal afirmam ser recetivos à mudança (média TALIS de 76,4%).

Em média, no inquérito TALIS, quatro em cada cinco docentes dizem que a maioria dos professores da escola se esforça para implementar novas ideias para o ensino e a aprendizagem, e ainda três quartos dizem que a maioria dos professores está aberta a mudanças. Andreas Schleicher considera que há espaço para o desenvolvimento deste potencial e para um apoio mais ativo dos diretores - em média, apenas 59% dos diretores promovem ações para apoiar a cooperação entre os professores no desenvolvimento de novas práticas de ensino.

Ainda segundo Andreas Scheleicher, o sucesso dos alunos, principalmente os de grupos desfavorecidos, nas semanas e meses de encerramento das escolas, depende muito da manutenção de um relacionamento próximo com seus professores. Considera que nesta crise, as escolas precisam fornecer meios para que os professores permaneçam socialmente próximos quando estão fisicamente distantes. O TALIS mostra que para os professores isso ocorre naturalmente, uma vez que nove em cada dez referem que ingressaram na profissão para fazer a diferença na vida das crianças, e três quartos expressamente se referem à oportunidade de beneficiar os menos favorecidos socialmente, concluindo que a tarefa dos sistemas escolares é apoiar os professores nessa missão.

Acrescenta que por mais importante que seja para os professores permanecerem conectados com seus alunos, a crise ampliará a necessidade de os professores permanecerem conectados entre si. Os dados do TALIS mostram que, mesmo em tempos normais, estas ligações são difíceis. Em média, menos de um em cada dez professores observa rotineiramente as salas de aula dos seus colegas e dá feedback, mesmo quando a turma fica ao lado. Apenas 21% dos professores participam em ações de formação profissional colaborativo pelo menos uma vez por mês, e apenas 28% dos professores dizem que ministram aulas em equipe pelo menos uma vez por mês.

Dado o recurso ao Ensino Remoto de Emergencia provocado pelo encerramento das escolas e o subsequente apetrechamento de escolas e preparação de professores e alunos, a situação estará hoje bastante diferente mas necessitamos de estudos mais recentes e que incidam sobre a realidade nacional.

## **BIBLIOGRAFIA/WEBGRAFIA:**

Crosier, D. e Vasileiou, N. (2020). *How should students be admitted to higher education this year?* Acedido em: [https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/how-should-students-be-admitted-higher-education-year\\_en](https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/how-should-students-be-admitted-higher-education-year_en)

DGEEC (2020). *TALIS 2018 - Liderança, práticas e valorização profissional de diretores e docentes do 3.º Ciclo do ensino básico*. Acedido em: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1019&fileName=DGEEC\\_2020\\_RelatorioNacionalTalis20183.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1019&fileName=DGEEC_2020_RelatorioNacionalTalis20183.pdf)

McClain-Nhlapo, Charlotte (2020). *An inclusive response to COVID-19: Education for children with disabilities*. World Bank. Acedido em: <https://www.globalpartnership.org/blog/inclusive-response-covid-19-education-children-disabilities>

Noorani, Sogol e Crosier, David (2020). *Focus on: Can the coronavirus pandemic improve our schools?* Acedido em: [https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/focus-can-coronavirus-pandemic-improve-our-schools\\_en](https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/focus-can-coronavirus-pandemic-improve-our-schools_en)

OCDE (2020). *A framework to guide an education response to the COVID-19 Pandemic of 2020*. Acedido em [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126\\_126988-t63lxosohs&title=A-framework-to-guide-an-education-response-to-the-Covid-19-Pandemic-of-2020](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126_126988-t63lxosohs&title=A-framework-to-guide-an-education-response-to-the-Covid-19-Pandemic-of-2020)

OCDE (2020 a). *VET in a time of crisis: Building foundations for resilient vocational education and training systems*. Acedido em [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=132\\_132718-fdwmrqsgmy&title=VET-in-a-time-of-crisis-Building-foundations-for-resilient-vocational-education-and-training-systems-](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=132_132718-fdwmrqsgmy&title=VET-in-a-time-of-crisis-Building-foundations-for-resilient-vocational-education-and-training-systems-)

OCDE (2020b). *Country note: Results from Talis 2018 – Portugal*. Acedido em: [http://www.oecd.org/education/talis/TALIS2018\\_CN\\_PRT\\_prt.PDF](http://www.oecd.org/education/talis/TALIS2018_CN_PRT_prt.PDF)

Schleicher, Andreas (2020). *International education and Covid-19 – Insights from TALIS*. Acedido em <https://www.teachermagazine.com.au/columnists/andreas-schleicher/international-education-and-covid-19-insights-from-talis>

Vasileiou, Nicole e Crosier, David (2020). *Focus on: Can online education ever be safe?* Acedido em: [https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/focus-can-online-education-ever-be-safe\\_en](https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/focus-can-online-education-ever-be-safe_en)

Volpe, Anna Maria e Crosier, David (2020). *Focus on: What has the covid-19 crisis taught us about online teaching?* Acedido em: [https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/focus-what-has-covid-19-crisis-taught-us-about-online-teaching\\_en](https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/focus-what-has-covid-19-crisis-taught-us-about-online-teaching_en)

UNICEF (2020). *Safe to Learn during COVID-19: Recommendations to prevent and respond to violence against children in all learning environments*. Acedido em: <https://www.unicef.org/media/68781/file/STL-COVID-19-Response-Key-Messages.pdf>

UNESCO (2020). *Framework for reopening schools*. Acedido em: <https://www.unicef.org/media/68366/file/Framework-for-reopening-schools-2020.pdf>